



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Rua Doutor Augusto Viana, s/nº - Bairro Canela

Salvador-BA, CEP 40110-060

- <https://hupes-ufba.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23534.008998/2025-24

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção nos extintores de incêndio, incluindo a recarga dos extintores, testes hidrostáticos e substituição de peças defeituosas eventualmente encontradas conforme determinação das normas do INMETRO**, com execução mediante o regime de empreitada por preço unitário, para atender às necessidades do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (Complexo HUPES), conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

GRUPO 1 - ÚNICO (ITENS 1 a 16)				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ANUAL HUPES
1	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de AP 10L	3662	UNIDADE	130
2	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores AP 10L	3662	UNIDADE	130
3	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 4 Kg	3662	UNIDADE	67
4	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 4 Kg	3662	UNIDADE	67
5	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 6 Kg	3662	UNIDADE	74
6	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 6 Kg	3662	UNIDADE	74
7	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 8 Kg	3662	UNIDADE	93
8	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 8 Kg	3662	UNIDADE	93
9	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PQS 12 Kg	3662	UNIDADE	4
10	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de PQS 12 Kg	3662	UNIDADE	4
11	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de CO2 4 Kg	3662	UNIDADE	11
12	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de CO2 4 Kg	3662	UNIDADE	11
13	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de CO2 6 Kg	3662	UNIDADE	93
14	Serviço de Manutenção de Nível III – Teste Hidrostático nos Extintores de CO2 6 Kg	3662	UNIDADE	93
15	Serviço de Manutenção de Nível II Recarga dos Extintores de PÓ ABC 6KG	3662	UNIDADE	10
16	Serviço de Manutenção de Nível III Teste Hidrostático nos Extintores de PÓ ABC 6KG	3662	UNIDADE	10

1.2. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, conforme art. 34 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH - RLCE 2.0.

1.3. Em caso de divergência entre as descrições do CATSER e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerá o descritivo constante no Termo de Referência.

1.4. **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

1.4.1. Os Serviços de Manutenção dos Extintores de Incêndio (Manutenções Nível II e III) deverão ser executados através de um corpo técnico especializado, e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante dos equipamentos, com destaque para as normas NBR – 12962 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos destes.

1.4.2. A prestação de serviços abrange os seguintes itens:

1.4.2.1. **Manutenção Nível II (Recarga do Extintor):** trata-se da execução de serviço de recarga de extintores de incêndio por parte de empresa de manutenção credenciada pelo INMETRO, com local, equipamentos e pessoal habilitado atendendo a norma NBR 12962 da ABNT- Associação Brasileira de Norma Técnicas. A manutenção de nível II consiste em:

- Visita técnica, se necessário;
- Levantamento dos equipamentos contra incêndio no local, se necessário;
- Confecção do orçamento dos serviços a serem executados;
- Retirada dos equipamentos instalados em cada local;
- Desmontagem completa do extintor;
- Substituição da carga do agente extintor, conforme a norma NBR 12962/2016 – Extintores de Incêndio – Inspeção e manutenção;

- g) Troca da válvula, se necessário;
- h) Troca do tubo pescador, se necessário;
- i) Troca do indicador de pressão (manômetro) conforme norma NBR 15808/2017, se necessário;
- j) Troca da mangueira, se necessário;
- k) Troca obrigatória do anel o'ring;
- l) Troca obrigatória do anel de identificação;
- m) Troca obrigatória do lacre;
- n) Troca obrigatória do selo do INMETRO;
- o) Troca do rótulo (quadro de instruções);
- p) Decapagem e pintura, se necessário;
- q) Entrega e colocação dos equipamentos nos locais originalmente instalados.

1.4.2.2. **Manutenção Nível III (Teste Hidrostático e recarga do Extintor):** deverá ser executada no máximo a cada 5 (cinco) anos com revisão total do extintor de incêndio, incluindo a execução de testes hidrostáticos e recarga, conforme norma NBR 12962 da ABNT. A Manutenção de Nível III consiste em:

- a) Visita técnica, se necessário;
- b) Levantamento dos equipamentos contra incêndio no local, se necessário;
- c) Confecção do orçamento dos serviços a serem executados;
- d) Retirada dos equipamentos instalados em cada local;
- e) Desmontagem completa do extintor;
- f) Teste Hidrostático dos componentes conforme orientação da NBR 12962/2016;
- g) Substituição da carga do agente extintor, conforme a norma NBR 12962/2016 – Extintores de Incêndio – Inspeção e manutenção;
- h) Troca da válvula, se necessário;
- i) Troca do tubo pescador, se necessário;
- j) Troca do indicador de pressão (manômetro) conforme norma NBR 15808/2017, se necessário;
- k) Troca da mangueira, se necessário;
- l) Troca obrigatória do anel o'ring;
- m) Troca obrigatória do anel de identificação;
- n) Troca obrigatória do lacre;
- o) Troca obrigatória do selo do INMETRO;
- p) Troca do rótulo (quadro de instruções);
- q) Decapagem e pintura, obrigatória;
- r) Entrega e colocação dos equipamentos nos locais originalmente instalados.

1.4.3. As informações do ensaio hidrostático devem ser registradas de forma indelével no corpo do extintor da seguinte forma: Ano de execução do ensaio hidrostático; Logotipo ou marca da empresa vistoriadora; O termo "VIST"; As letras e números do ensaio hidrostático devem possuir altura mínima de 5mm, conforme Portaria do INMETRO nº 300, de 14 de junho de 2012.

1.4.4. A contratada deverá emitir relatório de inspeção e ensaio hidrostático para os recipientes, que deverá conter no mínimo, as seguintes informações, para atender ao especificado na NBR 12274/2010: Data do Ensaio e identificação do executor do serviço; Identificação do Recipiente (número de série e massa do agente extintor); Marca e ano de fabricação ou da última vistoria; Pressão do Ensaio; Aprovação ou Motivo de reprovação.

1.4.5. A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

1.4.6. A contratada será responsável por todos os custos de instalação tais como fretes, mão-de-obra, impostos, taxas, encargos ou quaisquer outros que venham a incidir sobre o objeto do Contrato.

1.4.7. Todo equipamento deverá ser recarregado com material conforme normas vigentes.

1.4.8. A contratada colocará em cada extintor, sem ônus para a contratante, **os selos de identificação com o tipo de comprovante do material (água, CO2, pó químico), o selo do INMETRO, o lacre, o prazo de garantia/validade dos serviços e a FICHA DE INSPEÇÃO VISUAL DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, contendo local para marcações mensais de aprovado e reprovado, local para marcação de data e local para assinatura do profissional executante.**

1.4.9. O prazo para início da execução dos serviços é de 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço (OS) ou documento equivalente pela Contratada.

1.4.10. O prazo máximo para a execução dos serviços de recarga dos extintores de incêndio é de 15 (quinze) dias corridos a contar da data da retirada dos extintores do Complexo HUPES pela Contratada.

2. DEMANDA DO HUPES

2.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

2.1.1. Relação dos Extintores de Incêndio do Complexo HUPES:

I - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR EDGARD SANTOS

Tipo de Agente/Carga Nominal	Quantidade
PQS - 4 Kg	38
PQS - 6 Kg	30
PQS - 8 Kg	43
PQS - 12 Kg	4
CO2 - 4 Kg	4
CO2 - 6 Kg	58
Água. Pres. - 10L	91
Pó ABC – 6Kg	10
Total de Cilindros	278
Poderá existir pequenas variações nas quantidades, portanto o empenho será emitido na modalidade estimativa, para as manutenções de nível II e III.	

II - CENTRO PEDIÁTRICO PROFESSOR HOSANNAH DE OLIVEIRA

Tipo de Agente/Carga Nominal	Quantidade
PQS - 4 Kg	2
PQS - 6 Kg	9
PQS - 8 Kg	2
CO2 - 4 Kg	4
CO2 - 6Kg	10
Água. Pres. - 10L	12
Total de Cilindros	39
Poderá existir pequenas variações nas quantidades, portanto o empenho será emitido na modalidade estimativa, para as manutenções de nível II e III.	

III - AMBULATÓRIO MAGALHÃES NETO

Tipo de Agente/Carga Nominal	Quantidade
PQS - 4 Kg	7
PQS - 8 Kg	20
CO2 - 4 Kg	1
CO2 - 6 Kg	13
Água. Pres. - 10L	25
Total de Cilindros	66
Poderá existir pequenas variações nas quantidades, portanto o empenho será emitido na modalidade estimativa, para as manutenções de nível II e III.	

IV - EXTINTORES RESERVAS

Tipo de Agente/Carga Nominal	Quantidade
PQS - 4 Kg	20
PQS - 6 Kg	35
PQS - 8 Kg	28
CO2 - 4 Kg	2
CO2 - 6 Kg	12
Água. Pres. - 10L	2
Total de Cilindros	99
Poderá existir pequenas variações nas quantidades, portanto o empenho será emitido na modalidade estimativa, para as manutenções de nível II e III.	

2.2. Locais de retirada e devolução dos extintores:

2.2.1. Os extintores descritos neste Termo de Referência serão vistoriados e retirados pela contratada nos edifícios do Complexo HUPES, nos seguintes endereços:

2.2.1.1. Hospital Universitário Professor Edgard Santos - Rua Augusto Viana s/n, Canela, Salvador-BA – CEP – 40110-060;

2.2.1.2. Centro Pediátrico Professor Hosannah de Oliveira - Rua Padre Feijó nº 29, Canela, Salvador-BA – CEP - 40110-170;

2.2.1.3. Ambulatório Magalhães Neto - Rua Padre Feijó, nº 240, Canela, Salvador-BA – CEP - 40110-170.

2.2.2. Nota: as três unidades ficam situadas na mesma localização possuindo ligação entre os prédios através de passarelas.

2.3. A Contratada deverá dispor de um quantitativo mínimo de 40 (quarenta) extintores do tipo ABC próprios, para repor a quantidade dos equipamentos retirados para recarga em cada prédio, sem ônus para o Complexo HUPES. Os extintores de reposição são indispensáveis para o início das manutenções na medida que os locais não podem ficar sem a cobertura dos equipamentos em quantidade suficiente enquanto os titulares passam por intervenção na oficina da empresa contratada.

2.4. A programação (cronograma) de recarga dos extintores pela Contratada será feita pela Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (USOST) do Complexo HUPES, conforme a necessidade do Hospital ou quando do vencimento da carga dos respectivos equipamentos.

2.5. Todos os serviços serão acompanhados e fiscalizados pelos fiscais técnicos do contrato.

2.6. As retiradas e entregas dos equipamentos, objeto desta licitação, serão feitas no horário de 08h00min às 16h00min e, preferencialmente, em dias úteis.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

3.1.0.1. NBR 12274/2010 – Inspeção em cilindros de aço, sem costura, para gases;

3.1.0.2. NBR 12962/2016 – Extintores de Incêndio – Inspeção e manutenção;

3.1.0.3. NBR 15808/2017 - Extintores de incêndio portáteis;

3.1.0.4. NBR 7195/2018 – Cores para segurança;

3.1.0.5. NBR 9695/2012 – Pó para extinção de incêndio.

3.1.1. Em caso de novas edições/revisões das normas elencadas, as mudanças só entrarão em vigor quando da revisão do RTQ, conforme determinado pelo INMETRO.

3.1.2. O HUPES poderá recusar os serviços, com a indicação dos motivos, caso sejam efetuados em desacordo com as normas do INMETRO vigentes.

3.1.3. Atendimento a Instruções técnicas (ITs), IT Nº 05 – 2021 e IT Nº 21 - 2017 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia.

3.1.4. No caso de recusa dos serviços executados pela Contratada, o Complexo Hupes devolverá o mesmo, para correções, sem ônus para a instituição.

3.1.5. Obedecer às especificações, prazos e condições constantes do Termo de Referência e do Edital.

4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações do tipo, frequência e metragem de serviço a ser executado.

4.2. Os serviços a serem contratados são definidos como continuados nos termos do art. 15 da IN SEGES/MP 05/2017.

4.3. No âmbito da Ebserh, a [Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração](#) estabelece as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

4.3.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, não havendo, pois, incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da futura Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. Assim, a contratação da solução indicada será realizada através de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tendo em vista a recomendação de seu uso de forma preferencial nas compras de bens e serviços comuns, conforme instrui o RLCE 2.0.

4.6. O critério de julgamento adotado será o de menor preço do grupo.

4.7. Modo de disputa: Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

- 4.8. **Intervalo entre lances:** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,1%**.
5. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**
- 5.1. Ressaltamos que contratação de serviços de manutenção e recarga de extintores visa a proteção dos colaboradores, pacientes e transeuntes que diariamente laboram, estão internados, consultam ou circulam pelas dependências do hospital, bem como a proteção do patrimônio público no caso de sinistro além da necessidade obrigatória de atendimento à legislação federal (Norma Regulamentadora No 23 – NR-23), estadual (Lei Nº 12.929 de 27/12/2013), municipal (Decreto Nº 23.252 de 18/09/2012) e instrução técnica do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (IT Nº 05 – 2021 e IT Nº 21 - 2017).
- 5.2. Caso não ocorra a prestação dos serviços acima citados o HUPES poderá sofrer sanções legais (multas) até ser passível de interdição. Além do risco em caso de ocorrência de princípio de incêndio, não termos os meios adequados e necessários para combatê-lo para evitar exposição de vidas humanas e de danos ao patrimônio.
- 5.3. Justifica-se a contratação por grupo (itens de 1 a 16), para facilitar a padronização na prestação do serviço, além do fato de que alguns dos grupos possuem a necessidade de serviços em quantidade muito pequena, o que o tornaria desinteressante para a empresa prestadora de serviço atender a apenas um item.
- 5.4. Os quantitativos dos itens foram estimados segundo a técnica de previsão de consumo da projeção que considerou os dados históricos de consumo desses materiais com acréscimo da margem de segurança, conforme estudo preliminar.
- 5.5. O serviço é enquadrado como **continuado** pois atende a uma **demandas ininterrupta** do hospital para garantir a segurança contra incêndio e a proteção de colaboradores e pacientes.
6. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO TERMO DE CONTRATO**
- 6.1. A licitação será realizada por meio de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).
- 6.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 6.3. A contratação com o fornecedor registrado será formalizada pela Ebserh por intermédio de instrumento contratual.
- 6.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 150 do RLCE 2.0.
7. **CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO.**
- 7.1. A empresa a ser contratada deverá comprovar a sua qualificação jurídica e sua qualificação fiscal e trabalhista, de acordo com a legislação vigente e com as orientações normativas, constantes no edital da licitação.
- 7.2. A qualificação econômico -financeira pode ser dispensada, considerando o baixo vulto da contratação, a baixa complexidade do objeto e os riscos envolvidos na execução dos serviços, e utilizando a inteligência do §9º do art. 65 do RLCE 2.0;
- 7.3. Em relação à qualificação técnica deverá ser exigido:
- 7.3.1. A contratada deverá possuir certificação do INMETRO e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia para exercer esse ramo de atividade e deverá comprovar a sua certificação como condição para habilitação. Não é necessária, tá disciplinado pelo CBMBA e tem que seguir padrão inmetro - isso já tá claro.
- 7.3.1.1. Apresentar o certificado de credenciamento de empresa licitante junto ao INMETRO para os serviços de inspeção técnica/manutenção de extintores de incêndio conforme o **subitem 3** deste documento, cumprindo exigências da INSTRUÇÃO TÉCNICA Nº21/201 7 Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio do Corpo de Bombeiro Militar da Bahia e
- 7.3.1.2. Apresentar documento de credenciamento da empresa licitante junto ao Corpo de Bombeiros (DAT) para prestação de serviços de manutenção em extintores de incêndio conforme as seguintes instrumentos técnicos legais: LEI Nº 12.929 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013; DECRETO Nº 16.302 DE 27 DE AGOSTO DE 2015 e IT Nº 05 – 2021 e IT Nº 21 - 2017 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia.
- 7.3.1.3. A licitante deverá declarar disponibilidade de que reúne condições de apresentar os documentos de credenciamento e certificação no momento oportuno.
- 7.3.1.4. Com a entrega das certificações (INMETRO e DAT) a empresa comprova seguir as padronizações mínimas para realização do serviço atendendo com segurança e qualidade a manutenção dos extintores. A exigência visa assegurar que os serviços atendam às normas técnicas de segurança (ABNT NBR 12962), que os equipamentos mantenham sua eficácia no combate a incêndios e que a contratante resguarde sua responsabilidade civil e criminal.
- 7.3.1.5. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 1 ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.
- 7.3.1.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
8. **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 8.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.
9. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 9.1. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União](#), 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025.
- 9.2. As boas práticas de sustentabilidade devem ser baseadas na otimização e economia dos recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:
- 9.2.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- 9.2.2. Substituir, sempre que possível, substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 9.2.3. Racionalizar o consumo de energia elétrica e de água;
- 9.2.4. Realizar o manejo adequado dos resíduos gerados na prestação do serviço;
- 9.2.5. Priorizar a aquisição e uso de materiais e produtos biodegradáveis; e
- 9.2.6. Utilizar tecnologias adequadas e conhecidas visando permitir atender às necessidades de redução de níveis de ruído, conforme Resolução CONAMA nº 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição.
- 9.2.7. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
- 9.2.8. Excluem-se desta vedação, conforme o Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000, os produtos ou equipamentos considerados de usos essenciais, como medicamentos e equipamentos de uso médico e hospitalar, bem como serviços de manutenção de equipamentos e sistemas de refrigeração.
10. **VISTORIA**
- 10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por fiscal técnico da USOST do Complexo Hupes, designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 horas e da 13:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (71) 3646-3856 / 3646-3857 no prazo mínimo de 48h.
- 10.2. No ato da vistoria, as licitantes poderão se inteirar das condições e do grau de dificuldades dos serviços, bem como ter conhecimentos das instalações físicas e seus equipamentos objeto desta licitação, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente qualquer alegação de desconhecimento destes.
- 10.3. A não realização da vistoria, por ser facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 10.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.
- 10.5. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, através de crachá de identificação e documento de identificação com foto.
- 10.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 10.7. A visita técnica aos locais da execução dos serviços discriminados no presente edital é facultativa ao licitante, devendo-se observar as determinações a seguir:
- 10.7.0.1. A empresa que optar por realizar a visita técnica deverá apresentar a **Declaração de Vistoria (conforme anexo do Edital)**, comprovando o pleno conhecimento das informações relativas à prestação dos serviços e das reais condições de execução, assim como dos esclarecimentos que se fizerem necessários para a correta elaboração de sua proposta, firmada pelo Representante Legal da empresa e atestada pelo servidor responsável do Complexo

HUPES, não se admitindo, sob nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento sobre as condições estabelecidas para o cumprimento das obrigações do objeto deste Edital;

10.7.0.2. Alternativamente, a empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar a **Declaração de Vistoria Não Realizada (conforme anexo do Edital)**, declarando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes ao serviço a ser executado. Dessa forma, caso venha ser a vencedora, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

10.7.1. As Vistorias deverão ser realizadas conforme orientação prevista no item 10 do Termo de Referência.

10.7.2. A licitante deve apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

11.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

11.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá.

11.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à Administração.

11.8. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso.

11.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.12. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação, apresentando **certificado de credenciamento da empresa junto ao INMETRO** para os serviços de inspeção técnica/manutenção de extintores de incêndio e **documento de credenciamento da empresa licitante junto ao Corpo de Bombeiros para prestação de serviços de manutenção em extintores de incêndio**. Caso a empresa ainda esteja em processo de regularização junto ao Corpo de Bombeiro será aceito protocolo do referido processo.

11.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos caracterizados pelo art. 171 do RLCE 2.0;

11.15. A empresa vencedora quando convocada para início dos serviços deverá indicar profissionais responsáveis pela retirada e devolução dos extintores nas instalações do HUPES.

11.16. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.17. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.19. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.23. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.25. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

12.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.8. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros, em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.9. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 12.10. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.
- 12.12. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
13. **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**
- 13.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 13.1.1. a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 13.1.2. b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 13.1.3. c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 13.1.4. d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 13.1.5. e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 13.1.6. f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 13.1.7. g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD;
- 13.1.8. Encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 13.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- 13.2.1. a) identificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 13.2.2. b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 13.2.3. c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 13.2.4. d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.
14. **DA COTA DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- 14.1. A EPC (Equipe de Planejamento e Contratação) entende que as propostas apresentadas por ME/EPP em cotas reservadas tendem, em muitos casos, a superar os preços obtidos em ampla concorrência, podendo resultar em contratações economicamente desvantajosas para a Administração. Considera-se, portanto, não vantajosa a contratação quando esta implicar valores superiores ao preço de referência estabelecido.
- 14.2. Diante disto, a imposição de exclusividade ou de cotas reservadas pode ocasionar distorções competitivas refletindo em custos com tributos, transporte, margem de lucro e demais encargos incidentes de forma uniforme em toda a cadeia de comercialização, da aquisição até a venda final. Esse cenário frequentemente coloca os preços praticados pelas ME/EPP em patamares mais elevados em comparação aos de empresas de maior porte, tornando a contratação menos vantajosa sob o aspecto econômico.
- 14.3. Dessa forma, a **decisão da não aplicação de cota para ME/EPP**, fundamenta-se na necessidade de resguardar a competitividade e a ampla concorrência no certame, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
15. **DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**
- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 15.2. Não será permitido o consórcio de empresas por inexistirem fatores técnicos ou econômicos do objeto licitado que ensejariam a ampliação da competitividade através do mesmo.
- 15.3. Destaca-se que a participação de consórcios, caso admitida pela Administração, não resulta em aumento da competitividade, pelo contrário, pode até mesmo restringir a concorrência, pois as empresas consorciadas deixariam de competir entre si.
- 15.4. Sendo prerrogativa da Administração, na condição de contratante, a escolha ou não da participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, entendemos que a vedação à participação de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e eficiência.
- 15.5. Considerando as características do objeto, que exige execução especializada e tecnicamente padronizada em todos os equipamentos de segurança contra incêndio, com estrita observância das normas do INMETRO, a **vedação integral da subcontratação** revela-se medida tecnicamente justificada *para assegurar a rastreabilidade dos serviços prestados e a integridade da cadeia de responsabilidade técnica, evitando-se os riscos inerentes à execução fragmentada do objeto por empresas diversas.*
16. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da administração à continuidade do contrato.
17. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**
- 17.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 167 do RLCE 2.0;
- 17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 17.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.
- 17.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 17.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
- 17.6. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:
- 17.6.1. Providenciar a autuação de protocolo de fiscalização imediatamente após o recebimento do processo de contratação;
- 17.6.2. Juntar ao protocolo de fiscalização, em ordem cronológica, todos os registros pertinentes à fiscalização, tais como ações, documentações, anotações, atas de reuniões, registro de telefonemas, mensagens por correio eletrônico e outros documentos necessários ao bom acompanhamento do contrato.
- 17.7. Integrar obrigatoriamente o protocolo de execução, os seguintes documentos, anexados por cópia:
- 17.7.1. Edital e anexos;
- 17.7.2. Proposta e planilha de custos, quando houver;
- 17.7.3. Ata de licitação;
- 17.7.4. Nota de empenho;
- 17.7.5. Designação de fiscal e suplente.
- 17.8. É competência ainda dos gestores e fiscais do contrato:

- 17.9. Conhecer condições contratuais, prazos de execução e de entrega, cronogramas, sanções, obrigações das partes, casos de rescisão, aditamento e demais condições avençadas;
- 17.10. Fazer cumprir fielmente as cláusulas contratuais firmadas, de forma que a execução, tanto na prestação de serviços quanto no fornecimento de material, atenda plenamente as especificações, prazos, valores, condições da proposta e demais condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 17.11. Acompanhar e controlar os prazos constantes no Termo de Referência, concernentes à entrega de bens, execução de serviços, medições legais, assim como a autorização de desembolsos financeiros, se for o caso, oferecendo alerta ao fornecedor quanto aos limites temporais do contrato;
- 17.12. Verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazimento quando não atenderem aos termos do que foi contratado;
- 17.13. Informar à unidade gestora, com ciência do superior hierárquico, o descumprimento de prazo de entrega de material ou realização de serviços ou etapas de serviços, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão da Administração quanto ao adimplemento contratual, inclusive a agilização de penalidades vinculadas às obrigações da contratada;
- 17.14. Comunicar, por escrito, à empresa contratada a constatação de falhas, estabelecendo prazo para sua solução;
- 17.15. Comunicar, de forma documentada, à unidade gestora, com ciência do superior hierárquico, as pendências não solucionadas, após esgotados recursos e tratativas de sua competência;
- 17.16. Atestar a regularidade dos serviços prestados e/ou dos produtos entregues pelo fornecedor, para fins de liquidação de parte ou da totalidade de obrigação financeira assumida pelo Complexo HUPES, anexando no protocolo de fiscalização a cópia da nota fiscal de cobrança enviada para pagamento, acompanhada das documentações que subsidiaram a emissão da nota fiscal;
- 17.17. Atuar de forma articulada com a unidade gestora e os demais setores do Complexo HUPES envolvidos com o contrato, desenvolvendo trabalho em equipe.
- 17.18. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.
- 17.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das falhas, faltas e irregularidades constatadas.
- 17.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 17.22. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 18.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no edital.
- 18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.6. Antes da emissão da nota de empenho e de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 18.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.12. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA /IBGE de correção monetária.
- 18.13. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com os dados a seguir indicados:

Hospital Universitário Professor Edgard Santos - Filial da Ebserh (HUPES-UFBA/EBSERH)

CNPJ: 15.126.437/0029-44

Endereço: Rua Augusto Viana, S/Nº – Canela – Salvador/BA

CEP: 40.110-060

19. DO REAJUSTE

- 19.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 19.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 19.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do reajuste anterior.
- 19.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

- 19.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.9. O reajuste será realizado por apostilamento.
20. **GARANTIA DO SERVIÇO**
- 20.1. Oferecer garantia conforme especificado abaixo:
- 20.1.1. 12 (doze) meses para a recarga;
- 20.1.2. 60 (sessenta) meses para o teste hidrostático.
21. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 21.1.1. A baixa complexidade do objeto e os potenciais riscos envolvidos na execução dos serviços. Os possíveis prejuízos relacionados ao contrato são moderados e não apresentam danos diretos à Administração, ao patrimônio público ou à coletividade. Nesse caso, a exigência de garantia poderia servir apenas para encarecer o objeto. Além disso, a própria dinâmica escolhida na execução, sem a necessidade inicial de formalização de contrato, sendo através da nota de empenho, com a execução dos serviços sob demanda, reforça a ideia da possibilidade de dispensa da garantia;
22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 22.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.2. Multa de:
- 22.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 22.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 22.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.2.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 22.2.7. As sanções previstas nos subitens 22.1.1. e 22.2.6. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.2.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 22.3. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- 22.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 22.3.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 22.3.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 22.3.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 22.3.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 22.3.8. não mantiver a proposta;
- 22.3.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.3.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 22.3.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- 22.3.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.
- 22.3.13. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.3.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

- 22.3.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.3.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.3.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.3.18. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013."
23. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 23.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.
24. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**
- 24.1. O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa, nos termos do art. 7º do RLCE 2.0."
- 24.2. A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o que determina a Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, com os devidos cálculos de média aritmética e todos os documentos comprobatórios.
- 24.3. Os estudos sobre preços referenciais constam no Processo nº 23534.016655/2025-33 de caráter restrito, considerando o tratamento sigiloso do orçamento desta contratação, respaldado pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.
25. **ANEXOS**
- 25.1. Encarte A – Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP DIGITAL (58656737);
- 25.2. Encarte B – Declaração de Vistoria (55919372);
- 25.3. Encarte C – Declaração de Dispensa de Vistoria (55919432).

Membros da Equipe de Planejamento da Contratação:

Sidnei Santos da Conceição
Técnico de Segurança do Trabalho
Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Ismael de Melo Lima
Técnico de Segurança do Trabalho
Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Emerson Portugal Leão de Almeida
Assistente Administrativo
Unidade de Compras e Licitações

De acordo:

Vanessa Cristiani de Brito Farias
Chefe da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho

Eglantina Alonso Braz
Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas

Rodrigo Machado Santos
Gerente Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Santos da Conceicao, Técnico(a) em Segurança do Trabalho**, em 15/05/2026, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ismael de Melo Lima, Técnico(a) em Segurança do Trabalho**, em 18/05/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Cristiani de Brito Farias, Chefe de Unidade**, em 18/05/2026, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eglantina Alonso Braz, Chefe de Divisão**, em 18/05/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Salum Valverde de Abreu, Gerente, Substituto(a)**, em 18/05/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson Portugal Leao de Almeida, Assistente Administrativo**, em 18/05/2026, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60930282** e o código CRC **EBF29C0B**.

Referência: Processo nº 23534.008998/2025-24 SEI nº 60930282